



Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Marcelo Soares Alves

A escola que educa na sociedade do conhecimento
(A importância dos planejamentos e da estruturação do
Projeto Político Pedagógico para a construção de uma escola
democrática).

São Paulo

2014

Marcelo Soares Alves

A escola que educa na sociedade do conhecimento

(A importância dos planejamentos e da estruturação do Projeto Político Pedagógico para a construção de uma escola democrática).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientador: Prof.^a Alessandra Atti

São Paulo

2014

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO.....	
2	
OBJETIVOS.....	
2.1 Objetivo	
Geral.....	
2.2 Objetivo	
Específico.....	
3	
METODOLOGIA.....	
3.1 Um pouco de	
História.....	
3.2 Pesquisa de	
Campo.....	
4 CONCLUSÃO.....	
5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	

Resumo

O presente artigo tem por objetivo principal, discorrer sobre a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e sua ação transformadora não apenas no ambiente escolar, mas para todo o entorno da escola, já que o mesmo dialoga com toda a comunidade escolar, ampliando também os horizontes da gestão escolar e o funcionamento da escola, transformando assim as mais diversas realidades e provocando reflexões sobre os objetivos e estratégias que elaborados de forma coletiva, permitem vincular o espaço escolar em um ambiente democrático e participativo, colaborando assim, com o ensino e aprendizagem dos educandos, com o trabalho diário do docente e criando perspectivas transformadoras para a comunidade escolar.

Palavras chave: Projeto Político Pedagógico, políticas públicas e comunidade escolar e democracia.

Introdução

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem como objetivo central conduzir a escola para uma gestão que se apresente democrática, justa, acolhedora e participativa. Uma escola que conduza o seu educando, não apenas dentro dos seus limites geográficos, mas sim para uma leitura de mundo. Seus princípios orientadores devem contemplar não apenas o conhecimento voltado aos conteúdos curriculares, mas a vivência em sociedade. Uma sociedade que vive em constante transformação e que cada vez mais vem se tornando participativa em suas ações em relação aos seus direitos objetivos e subjetivos.

Durante o primeiro semestre de 2013, professores vinculados ao Governo do Estado de São Paulo estiveram em greve por vinte e um dias e uma de suas grandes preocupações/ reivindicações foi alertar a população sobre o crescimento da violência na escola e em seus entornos.

Ao retornar desta última greve (2013), procurei uma lixeira na sala de aula e fui informado por uma aluna que a equipe gestora da escola havia retirado todas as lixeiras, pois os alunos estavam colocando fogo nelas. “Outra aluna, que estava ao lado disse o seguinte: “É necessário que se tire a lixeira mesmo para que eles aprendam que não é para colocar fogo nas lixeiras”. A primeira que havia informado sobre a retirada das lixeiras comentou a atitude da equipe dizendo: “O papel da escola é ensinar para que não se coloque fogo nas lixeiras”. Neste momento percebi que nada do que eu havia planejado seria interessante, pois meus alunos já estavam me ensinando sobre o verdadeiro papel da escola.

As escolas públicas, nos últimos anos, têm se tornado cada vez mais desinteressantes para os jovens. Primeiro porque não está cumprindo realmente o seu papel social de educar para o mundo. Segundo porque não está sendo levado em conta o entorno da escola na sua formação sociocultural, já que este espaço é o mundo em que os alunos vivem, e, conseqüentemente, os problemas sociais enfrentados pela comunidade escolar.

À luz de Paulo freire, podemos dizer:

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. 'Seu' mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo

mesmo (...). Nunca, porém, eu disse que o programa a ser elaborado (...) deveria ficar absolutamente adstrito à realidade local (FREIRE, 1997: 86 e 87).

Grande parte da juventude brasileira, crianças e jovens entre 06 e 18 anos, estão tendo um maior acesso à educação de nível básico, fundamental e médio. Esta universalização da educação vem abrindo uma maior perspectiva para esses jovens sonharem com uma vida melhor e, também, com profissões às quais seus pais não poderiam nem sonhar.

Mas, diferente das estatísticas, podemos perceber que nesta população a violência e o uso de drogas vêm aumentando consideravelmente o desinteresse pelos conteúdos apresentados na escola e também pelo próprio espaço escolar. Isto faz com que muitos jovens frequentem a escola sem reconhecer na mesma a sua principal função, que é a de educar para a vida. Todos estes problemas têm sido uma barreira, causando grandes dificuldades para os professores que desconhecem as causas e a maneira de lidar com a situação.

Durante o mês de junho de 2013, milhares de jovens de todo o Brasil saíram às ruas reivindicando melhorias para a educação brasileira. Muitos desses jovens, principalmente os que estão nas regiões periféricas dos estados e cidades brasileiras, em bairros, que muitas vezes são controlados por facções criminosas por ausência do poder público, e que acabam criando nessa juventude um imaginário que reduz seus horizontes, deixando-os aprisionados à falta de esperança, não reconhecem na escola o seu papel transformador.

Diante de um quadro tão preocupante, nos últimos anos, em grande parte dos Estados brasileiros, secretários de educação sem o devido comprometimento com a educação, aplicam uma política vertical, fazendo da escola pública um depósito de jovens e atribuindo todo o fracasso da educação aos professores da rede, responsabilizando-os pelos maus resultados.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Analisar a importância da construção do projeto político pedagógico e sua capacidade de transformar não apenas o interior da escola, mas toda a comunidade escolar.

Objetivos específicos

Discutir a necessidade de participação da comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico.

Problematizar a expectativa de toda a comunidade envolvida acerca de uma educação pública de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

Identificar e refletir sobre problemas sociais da comunidade escolar que possam ser combatidos através de políticas públicas desenvolvidas a partir do convívio escolar.

Metodologia

A presente pesquisa será qualitativa e utilizará abordagens teóricas a partir da bibliografia de Paulo Freire, Philippe Perrenoud, José Carlos Libâneo e muitos outros autores que discorrem sobre educação e sociedade que contribuirão para que este seja aplicado nos Projetos Políticos Pedagógicos em escolas estaduais e municipais de ensino fundamental e médio.

Referencial teórico

Segundo Heloísa Luck, a sociedade atual, marcadamente orientada pela economia baseada no conhecimento e pela tecnologia da informática e da comunicação, apresenta intensa dinâmica social, relações e influências globalizadas que, ao mesmo tempo, constituem-se em oportunidades culturais estimulantes e interessantes a todas as pessoas e organizações, assim como desafios e exigências extraordinários. Nesse contexto, a educação se torna imprescindível como ação contínua e permanente, demandando das instituições que a promovem, a necessidade de reinventar-se e melhorar suas competências continuamente.

Dessa forma, podemos perceber que o Projeto político pedagógico não deve ser imposto e sim, discutido diretamente com a comunidade escolar da forma que o mesmo combata qualquer forma de autoritarismo, que valorize todos os grupos presentes na sociedade e contribua com a inserção do cidadão no mundo do conhecimento e esteja sempre em constante transformação. Assim, o projeto político pedagógico gera em seu contexto uma ação não apenas pedagógica, mas sim política e social.

Para iniciar tal estudo sobre a importância do projeto político pedagógico e sua função de organizar o ambiente, a política e a participação da comunidade escolar, utilizarei a discussão de importantes teóricos que refletem sobre temas variados da

educação como instrumento de uma escola pública, de qualidade, democrática que contribua com a formação social e intelectual para os filhos da classe trabalhadora.

Para Paulo Freire, quem melhor que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentira melhor que eles os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE,1979,p.32)

Desta forma Freire discorre sobre as distancias entre o ambiente escolar e a vida comunitária, o social da comunidade, a escola deve estar em conexão direta com sua comunidade escolar para refletir sobre as necessidades daqueles que frequentam o ambiente escolar.

A luz de István Mészáros:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu-no seu todo-ao propósito de não fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema do capital. Como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver alguma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (Isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZAROS, 2005,p.35)

Mészáros propõe neste caso uma alternativa de emancipação através da educação para a classe trabalhadora, emancipação esta essencial para que a mesma se torne autônoma aos valores burgueses e capitalistas.

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização,o mais plenamente possível,dos objetos educacionais. (LUCK,2006,p21)

Assim, Luck nos mostra que uma gestão competente deve ser realizada através de toda sociedade de forma organizada.

José Carlos Libâneo conceitua o Projeto Político Pedagógico da seguinte forma: O projeto pedagógico-curricular é a concretização do processo de planejamento. Consolida-se num documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. (LIBÂNEO,2013,p126)

A forma conceituada por Libâneo nos apresenta a construção do Projeto Político Pedagógico como uma forma de emancipação de toda comunidade escolar que deve ser concebido como um processo de adaptação do sujeito à sociedade da forma em que a mesma se apresenta.

Quanto à denominação do Projeto político pedagógico Libâneo apresenta o seguinte conceito:

Como se denomina esse projeto? Projeto educativo, projeto pedagógico, projeto político-pedagógico, projeto pedagógico curricular, projeto curricular, plano de escola? Não há uma denominação que tenha unanimidade entre os educadores. A rigor, o que importa é o processo de ação/reflexão/ação que se instaura na escola envolvendo todos os seus integrantes. Todavia, há quem considere o projeto educativo mais amplo que o projeto pedagógico, este incluindo naquele. Outros entendem que o projeto pedagógico é a mesma coisa que o projeto curricular, outros colocam o projeto curricular antes do pedagógico e há os que preferem chamar tudo de plano de escola. (LIBÂNEO, 2013, p134)

Assim no presente trabalho, não descartando outras possibilidades, denominaremos apenas como projeto político pedagógico.

Contexto histórico e social da educação brasileira

O período que compreende o sistema colonial brasileiro foi marcado por uma grande desigualdade social. Os portugueses que aqui chegaram tornaram-se soberanos das terras e das pessoas que as habitavam. A missão de povoar as novas terras e começar a produzir algo rentável que trouxesse benefícios e rendas criou neste novo mundo um sistema de desigualdade tanto étnico quanto social.

Para Darcy Ribeiro, o primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos lusonativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro. (RIBEIRO, 2001, p.128)

A coroa portuguesa possuía um sistema centralizado de governo e não estava em seus planos difundir a educação. Essa existia apenas para as elites coloniais voltadas apenas ao ensino elementar e fundamental. Mulheres eram proibidas de ler e escrever. Escravos, pardos e índios também. Apenas alguns indígenas tinham este direito, pois o objetivo principal da igreja Católica era o de salvar as almas dos gentios. Os interesses dos senhores de engenho era apenas aumentar o latifúndio e expandir a monocultura voltada para o mercado externo.

Segundo Boris Fausto, um princípio básico de exclusão distinguia determinadas categorias sociais pelo menos até uma carta-lei de 1773. Era o princípio da pureza de sangue. Impuros eram os cristãos-novos, os negros mesmo quando livres os índios em certa medida e as várias espécies de mestiços. Eles não podiam ocupar cargos no governo, receber títulos de nobreza, participar de irmandades de prestígio etc. A carta-lei de 1773 acabou com a distinção entre cristãos antigos e novos, o que não quer dizer que daí para frente o preconceito tenha se extinguido. (FAUSTO, 2012, p.58)

Nota-se que desde o princípio da colonização, jesuítas pensaram que os índios não tinham deuses nem religião, era necessário converter o pagão. A cultura europeia e a religião cristã se tornaram também um símbolo de superioridade, educar é quase um sinônimo de catequizar. A grande miscigenação, a entrada de escravos vindos da África de diversas regiões, e, mesmo as diferenças tribais dos indígenas brasileiros, dificultou a organização destes povos.

Nos estudos de Darcy, com efeito, no Brasil, as classes ricas e pobres se separam uma das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. Ao vigor físico, a longevidade, a beleza dos poucos situados no ápice-como expressão do usufruto da riqueza social - se contrapõe a fraqueza à enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiura da imensa maioria-expressão da penúria em que vivem. Ao traço refinado à inteligência enquanto reflexo da instrução-aos costumes patricios e cosmopolitas dos dominadores corresponde o

traço rude, o saber vulgar, a ignorância e os hábitos arcaicos dos dominados. (RIBEIRO, 2001, pp210 e 211)

Percebe-se que a construção da educação no Brasil até os fins do século XVIII, continuava sobre o monopólio das oligarquias e aristocracias presentes no país, vinculadas a economia agroexportadora e escravista, dependente a política colonial de opressão. Com uma população quase que em seu todo analfabeta, pois não era necessária uma mão de obra técnica para as necessidades coloniais.

Segundo Caio Prado Junior, a segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira. É certo que se trata de um prolongamento da fase anterior, e resulta em última análise da emancipação do país da tutela política e econômica da metrópole portuguesa. Mas a primeira metade do século é de transição, fase de ajustamento à nova situação criada pela independência e autonomia nacional; a crise econômica, financeira, política e social que se desencadeia sobre o Brasil desde o momento da transferência da corte portuguesa em 1808, e, sobretudo da emancipação política em 1822, prolonga-se até meados do século; e se é verdade que já antes deste momento se elaboram os fatores de transformação, é somente depois dele que amadurecem e produzem todos os frutos que modificariam tão profundamente as condições do país. Expandem-se então largamente as forças produtivas brasileiras, dilatando-se o seu horizonte; e remodela-se a vida material no Brasil. (PRADO, 1992, p 192).

As transformações culturais referentes à chegada da família real e uma nova forma de produção na Europa criaram condições para mudanças também na forma de produção brasileira, esta forma de produção transformaria o país, que apesar das grandes mudanças ainda continuava com suas formas de produção agrícola e exportadora. Estas mudanças resolviam apenas problemas imediatos e a educação continuava secundária.

O “século da Pedagogia” como afirma Cambi, deparou-se com o advento da sociedade de massa e com a afirmação do industrialismo, viu-se diante do problema da conformação a novos modelos de comportamento de novas classes sociais, de povos, de grupos, realizáveis apenas através da educação, mas uma educação nova (organizada de forma nova) regulada por teorias novas, por uma pedagogia consciente do desafio a que ela deve responder. Um século bastante rico em modelos formativos, em teorizações

pedagógicas, em compromisso educativo e reformismo escolar, em vista justamente de um crescimento social a realizar-se de maneira menos conflituosa possível e de forma mais geral. É certo, porém, que este compromisso político-social da pedagogia não será inteiramente realizado, pelos conflitos entre forças sociais diferentes e seus modelos educativos que se ativarão no curso do século e que alimentarão, todavia, a riqueza e a criatividade da pedagogia, a sua intensa participação no complexo e contraditório desenvolvimento da sociedade contemporânea. (CAMBI, 1999, p. 413-4)

Diferente de outras nações, os ares das revoluções que marcaram o mundo contemporâneo chegariam de forma real nas terras brasileiras somente com o advento da República.

Caio Prado Junior refere-se à República da seguinte forma:

Os primeiros anos que se seguem imediatamente à proclamação da República serão os mais graves da história das finanças brasileiras. A implantação do novo regime não encontrou oposição nem resistência aberta séria. Mas a grande transformação política e administrativa que operou não se estabilizará e normalizará senão depois de muitos anos de lutas e agitações. Do império unitário o Brasil passou bruscamente com a República para uma federação largamente descentralizada que entregou às antigas províncias, agora Estados, uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política. Além disto, o caráter nitidamente militar do golpe republicano de 15 de novembro de 1889 introduziu na política do país um novo elemento que antes não figurara nela senão muito discretamente: a espada. Ele representará daí por diante um papel de grande relevo. O militar político torna-se à um dos personagens centrais do novo regime, e o apelo às armas se faz, em consequência frequente. Isto se verifica logo nos primeiros anos da República em que à agitação política se acrescentam golpes de força e a guerra civil que desencadeia em 1893, lavrará até 1895. (PRADO, 1992, p. 218)

O Brasil entraria no século XX, marcado por grandes transformações culturais, econômicas e sociais. A educação neste momento começa a ser discutida. Novas ideias vão marcar este século de grandes transformações.

Os grupos escolares criados em São Paulo, traziam várias inovações. Apresentando a escola primária como símbolo dos valores republicanos, encontravam-se organizados nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho. A racionalidade pedagógica, por seu turno, transparecia na classificação dos alunos, no estabelecimento de um plano de estudos, na determinação da jornada escolar, visando

atingir um ensino padronizado, uniforme e homogêneo. Estabelecidos como escolas modelares, nelas ministrava-se o ensino primário completo com um programa de ensino enciclopédico, utilizando modernos métodos e novos processos pedagógicos (SOUZA, 1998).

O fato de o Brasil, ainda ser um país periférico fez com que parte das nossas ideias pedagógicas fossem inspiradas por ideias europeias e estadunidenses, com abordagens distantes de nossa realidade social.

O movimento da Escola Nova iniciara-se no Brasil a partir da experiência de várias reformas na educação, ocorridas em diferentes estados do país. Porém, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, assinado por 26 pessoas, reunia pedagogos, médicos, advogados, jornalistas, além de Cecília Meirelles e Júlio Mesquita Filho, empenhados em propor uma educação pública, laica e para além dos ensinamentos cristãos, amparada em métodos ativos, caminhando ao passo com as transformações trazidas pela Revolução Industrial.

Nele, a educação adquiria função social, pública, cabendo aos estados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com a Constituição. O sistema escolar basear-se-ia na educação integral: comum a ambos os sexos, sendo o nível primário gratuito e obrigatório (GADOTTI, 1996).

Profundas foram às transformações promovidas pela escola nova, mesmo assim os filhos da classe trabalhadora continuavam excluídos de uma escola de qualidade que os acolhesse e os formassem para uma sociedade mais igualitária.

O período republicano brasileiro foi marcado por diversos períodos entre ditaduras e democracias. O Golpe de Estado ocorrido no país em 1964 marcou o desaparecimento do Estado de direito levando o país a uma ditadura que teria duração de 21 anos. Somente em 1985 o país voltaria a ser democrático e, era necessário neste momento rever a educação. A ideologia e o ensino rígido que o país passou durante seu período ditatorial deveria estabelecer novas práticas na educação. Uma educação que fosse universal e libertadora que acompanhasse o avanço das novas tecnologias e libertasse a sociedade dos ideais retrógrados e das práticas violentas do período ditatorial.

A nova LDB de 1996

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, indica que: *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a*

colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Percebe-se, à luz da Constituição Federal em seu artigo 205, uma universalização da educação como uma prática social que acontece em todos os setores da sociedade. Mas, é no ambiente escolar que esta prática se realiza de forma democrática e universal, através dos variados coletivos que se apresentam e suas diversidades culturais.

Após a aprovação da Constituição de 1988, foi elaborada a lei que complementaria as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da qual em sua redação discorre-se assim: "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica". LDBEN, nº 9394/96, no art.12.

O Projeto Político Pedagógico é instituído com o objetivo de dar mais autonomia para as instituições escolares na elaboração de sua identidade junto à comunidade escolar em que a mesma esta inserida. Assim, o mesmo aborda diversas questões voltadas para o currículo e expectativas de seus educandos.

Projeto político pedagógico e sua capacidade de transformar não apenas o interior da escola, mas toda comunidade escolar.

Para Libâneo, o planejamento escolar consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos e atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação prática, de modo a prever e programar as ações e resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões. As instituições e organizações sociais precisam formular objetivos, ter um plano de ação, meios de sua execução e critérios de avaliação da qualidade do trabalho que realizam. Sem planejamento, a gestão corre ao sabor das circunstâncias, as ações são improvisadas, os resultados não são avaliados. (LIBÃNEO, 2013, p.125)

Criar e desenvolver uma alternativa própria que conduza não só a equipe escolar, mas que insira toda a comunidade no planejamento e avaliação das praticas educativas é

um grande diferencial para avaliação interna e externa que gera possibilidades e referências para que a escola esteja em sintonia com seu tempo e espaço.

Para Luck, a gestão participativa se assenta, portanto, no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto de sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização. (LUCK, 2011, P.22)

A disposição para ousar é uma das práticas na montagem e execução do Projeto político pedagógico. Trabalhar de forma diversificada e em grupo, escutando a comunidade e propondo desafios é uma tarefa árdua que necessita de recursos humanos e também de equipamentos que possam atender as demandas não só dos alunos, mas de toda comunidade.

Neste contexto Freire diz o seguinte:

A libertação, por isto, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores e oprimidos, que é a libertação de todos.

A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se. (FREIRE, 1979, P.36)

Propor e executar um projeto político pedagógico não é uma tarefa simples, um projeto bem estruturado representa uma mudança não só no ambiente escolar. Mas uma mudança para todo o entorno da escola. Participar, propor é um ato de suma importância na vida de uma comunidade, e, se fazer presente e desenhar o futuro. É construir uma relação de cumplicidade da qual, todos têm por objetivo a libertação dos correntes que lhe prendem por séculos de exclusão social, étnica, econômica etc.

Mészáros discorre sobre o seguinte: O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente. (MÉSZAROS, 2005, p.67)

Participação popular: Como trazer a comunidade para participar da construção do projeto político pedagógico?

A escola, não muito diferente de outros serviços públicos, por muito tempo se fechou para a sociedade como espaço de um conhecimento indiferente as questões sócias que aconteciam no seu entorno. A prepotência e presunção de muito educadores, causaram diversos danos à sociedade como um todo no lidar com as pessoas que procuravam o conhecimento. Muitas vezes muitos foram apontados como diferentes ao tentar discutir ou mesmo ao pedir ajuda a escola.

Segundo Silva, a partir de múltiplas inserções iniciou-se meu processo de escolarização que como já dito, se dava muito mais fora da escola do que dentro. Tenho plena consciência, hoje, de que a matemática para o trabalho, o português para a comunicação necessária, as histórias da favela, a geografia dos becos e vielas e a ciência da vovó (os conteúdos da empiria dos meus cotidianos fora da escola) não podem ser considerados suficientes. Por isso, compreendo a pretensa tentativa da escola de possibilitar um acesso a outros conhecimentos, considerados importantes para a minha inserção social, em outros mundos de códigos linguísticos e simbólicos para além dos meus circuitos de socialização. Porém, a questão que está sendo problematizada é o desconhecimento e o silenciamento por parte da escola, dos conhecimentos das crianças sobre tais riquezas das vivencias cotidianas. (SILVA, 2012, p.26)

É difícil, participar quando o seu conhecimento não é valorizado. Por isso a escola antes de qualquer coisa precisa conhecer e se reconhecer intrinsecamente dentro do seu meio.

Luck diz ainda que essa participação dá às pessoas a oportunidade de controlarem o próprio trabalho, assumirem autoria sobre o mesmo e sentirem-se responsáveis por seus resultados – portanto, construindo e conquistando sua autonomia. Daí por que a participação competente é o caminho para a construção da autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica de uma realidade e não apenas como um apêndice da mesma, ou simples instrumento para realizar objetivos institucionais determinados por outros. Mediante a pratica dessa participação, é possível superar o exercício do poder individual e de referencia empregado nas escolas e promover a

construção do poder de competência, centrado na unidade social escolar como um todo. (LUCK, 2006, p.23)

Segundo Freire, o professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. (FREIRE, 2010, P.59)

Freire deixa claro que o respeito pelos limites do próximo são essenciais para que o professor e toda gestão escolar possam realizar com sucesso o processo não apenas de trazer a comunidade para o seio da escola, mas também do sucesso do sujeito que a escola recebe.

Quais as expectativas da equipe escolar e comunidade na construção do projeto político pedagógico?

Pensar que a escola além de ser um espaço de aprendizagem é também um espaço de relações sociais. Educar, respeitar e conviver com o diferente é um dos caminhos da escola. Pensar que esta tem por obrigação defender e formar o educando para a vida em sociedade se torna um grande motivo de satisfação para todos os envolvidos na construção do projeto.

Para Libâneo projeto político pedagógico deve atender as seguintes funções:

*Diagnóstico e análise da realidade da escola: busca de informações reais e atualizadas que permitam identificar as dificuldades existentes, causas que as originam em relação aos resultados obtidos até então.

*Definição de objetivos e metas compatibilizando a política e as diretrizes do sistema escolar com as intenções, expectativas e decisões da equipe da escola.

*Determinação de atividades e tarefas a serem desenvolvidas em função de prioridades postas pelas condições concretas e compatibilização com os recursos

disponíveis (elementos humanos e recursos materiais e financeiros). (LIBÂNEO, 2013, p.126)

Penso que tanto professores gestores e comunidade escolar, quando discutem sobre seus problemas em comum, conseguem chegar a um acordo de suas dificuldades e o ato de planejar e poder discutir de forma ampla e aberta problemas intra e extra-escolar, fazem com que todos se tornem mais próximos e possam seguir um único caminho para a construção de uma escola mais justa, criando assim expectativas positivas para todo o grupo.

Mészáros discorre sobre este tema da seguinte forma:

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é de fato, tanto na esperança como a garantia de um possível êxito. (MÉSZAROS, 2005, p.48)

Qual a relevância do projeto político pedagógico na aplicação de políticas públicas em determinadas comunidades através dos ambientes escolares?

Segundo Freire

A pedagogia do oprimido que no fundo é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos. (FREIRE, 1979, p.43)

Conhecer a realidade da comunidade é um grande passo, conhecer as condições de moradia dos educando, trabalhar em conjunto com outras secretarias participar de forma democrática e discutir os problemas enfrentados nos entornos são sempre uma boa forma de se estimular e mesmo ajudar a construir projetos que possam trazer melhorias para as comunidades.

Para Silva, a falta de compreensão (ou dificuldade de aceitação), por parte da escola dessas lógicas de construção e uso dos saberes oriundos das relações cotidianas com as ruas fez com que, como é de praxe, a parte mais fraca rompesse. Como as

expectativas de organização escolar são pautadas em modelos de comportamentos esperados a priori, às infâncias que não cabem nesses modelos são criados mecanismos de descarte e de estigmatização dos transgressores. Tais mecanismos retroalimentam um aparato discursivo que não somente justifica as sanções impostas aos desviados, mas principalmente, produz o desvio. (SILVA,2012,p.26)

Se durante o período que for construído o projeto político pedagógico seus objetivos e metas corresponderem às necessidades e expectativas da comunidade escolar e o projeto estiver sendo acompanhado por todos os seus participantes o mesmo pode tornar-se norteados de diversos projetos de cunho social para a comunidade que ele foi produzido.

Considerando que planejar elaborar e colocar em prática o projeto político pedagógico requer um grande trabalho não apenas para os educadores, mas para toda comunidade escolar. Além das diversas demandas que surgirão durante a sua elaboração, é imprescindível que o mesmo apresente propostas que tornem a sociedade mais humana, democrática e cidadã procurando estabelecer conceitos transversais que permitam os debates sobre gênero, cidadania, saúde, etnias, educação, movimentos sociais, criança e adolescente (...).

Para Saviani

A escola tem nas suas origens, uma função equalizadora, mas que atualmente se torna cada vez mais discriminadora e repressiva. Todas as reformas escolares fracassaram, tornando cada vez mais evidente o papel que a escola desempenha: reproduzir o modo de produção capitalista. (SAVIANI, 2012, p.15)

Segundo Libâneo, a ideia de projeto política pedagógica ganha força, já que ele é precisamente a forma de concretizar as intenções e as expectativas da equipe escolar. O projeto surge como uma forma de concretizar as intenções e as expectativas da equipe escolar. O projeto surge como uma forma de superação de um paradigma técnico (ou tecnicista) em que tudo o que a escola e professores precisam fazer já vem estabelecido de cima. O projeto, numa perspectiva progressista, é o meio pelo qual os agentes diretos da escola tornam-se sujeitos históricos, isto é sujeitos capazes de intervir conscientemente e coletivamente nos objetivos e nas práticas de sua escola, na produção social do futuro da escola, da comunidade escolar, da sociedade. (LIBÂNEO, 2013, p.133)

Se pensarmos que a divisão social em classes é o maior fator de fragmentação da nossa sociedade. Pode-se afirmar que a estrutura de um projeto político pedagógico que esteja voltado para as contradições sociais pode resultar em uma grande redução de conflitos dentro dos ambientes escolares.

Considerações finais

Quando pensamos na história brasileira, percebemos que ela está muito atrelada às desigualdades sociais e econômicas. Desde a chegada dos primeiros colonizadores, a terra, que era comunal para os povos que aqui habitavam. A posse da mesma causou um grave problema social que até nossos dias não foi resolvido. A educação também era privilégio de poucos que começaram a possuir estas terras. Imigrantes, vindos do continente africano se tornaram a maior força produtiva “mão de obra” na exploração destas terras, estes também não possuíam terras e sua cultura e educação foram descartadas por aqueles “senhores deste novo mundo”.

Após o advento da República já no final do século XIX, a educação começou a ser pensada de forma que atendesse os interesses do capital externo e as novas formas de produção. A universalização da educação ainda é um grande desafio para os nossos dias. Pensar que esta tarefa é fácil seria pensar de forma simplista ainda com um olhar voltado para as elites que monopolizaram o conhecimento no país,

A construção de um projeto que atenda não somente os interesses das elites, mas sim de toda uma classe despossuída de terras, bens materiais, classe esta que é força motriz de nossa sociedade requer grande trabalho.

A proposta de se construir um projeto político pedagógico, não dever ser utópica ou uma mera formalidade administrativa. O papel da escola e educação em nossa sociedade se dá de forma lenta, é necessário que se pense não apenas no educando, mas em toda comunidade e sociedade envolvida com o mesmo. O educador deve ter clareza sobre o seu papel como agente transformador dentro desta nova sociedade. As equipes gestoras e funcionários também devem compreender que são educadores e que só através de muito trabalho, poderemos transformar nossa sociedade e conseguir com que cada cidadão tenha plenitude de seus direitos e deveres, e construa continuamente uma sociedade humana e democrática.

Bibliografia

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

Fausto, Borís. **História do Brasil**. 14ª Ed-São Paulo. Edusp, 2012.

FREIRE, Paulo. & SCHOR, Ira. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 7ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro 1979.

_____ **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

_____ **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**-6 ed. rev e ampl. -São Paulo: Heccus editora, 2013.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 10.ed- Petropolis,RJ:Vozes.2011.Série Cadernos de Gestão.

LUCK, Heloisa. **Dimensões da Gestão escolar e suas competências**. Curitiba:Editora Positivo,2009.

MÈSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Boitempo editorial. 2ª edição, 2008.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 39ª Edição.-1992. Editora Brasiliense.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros**, livro I-Teorias do Brasil. 6ª edição. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. 1981.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. -42.ed.-Campinas,SP:Autores associados,2012.-(Coleção polêmicas do nosso tempo;5)

SILVA, Rodrigo Torquato da. **Escola-Favela e Favela-Escola: "esse menino não tem jeito!"**. Petrópolis-RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: Faperj, 2012.

